

No.174

ABR-JUN

ANO 28/2018

farj@riseup.net

www.farj.org

Cx. Postal 14576

CEP 22410-971

Rio de Janeiro/RJ - Brasil



**INFORMATIVO DA FEDERAÇÃO ANARQUISTA DO RIO DE JANEIRO - FARJ
ORGANIZAÇÃO INTEGRANTE DA COORDENAÇÃO ANARQUISTA BRASILEIRA - CAB**

Com a intervenção no estado do Rio de Janeiro, os militares definiram que aqui seria o “laboratório” da política federal de segurança pública, o que podemos identificar, junto a outros elementos, como um conjunto de brutais políticas neoliberais da fase atual do capitalismo. Suas ações, em termos políticos, econômicos e sociais, nos levam a um cenário de terra arrasada, possibilitando ao capital, às forças de segurança e governantes consolidarem um “Estado policial de ajuste” que pode ser aplicado no restante do país.

O avanço do neoliberalismo no Brasil está alinhado em três eixos: 1) Entrega completa dos recursos bioenergéticos e terras para as grandes potências capitalistas estrangeiras, com manutenção e financiamento do modelo exportador de grãos e minérios (*commodities*), produzidos por latifundiários e grandes empresas e subordinado ao mercado internacional; 2) Consolidação de um “Estado policial de ajuste” criminalizando e reprimindo a mobilização popular e o protesto; 3) Alinhamento do conservadorismo, puxado por setores neopentecostais, militares e ultraliberais, com políticas de eliminação de políticas públicas e não reconhecimento de direitos sociais.

O arranjo da política com o neoliberalismo no Estado do Rio de Janeiro

Em nosso estado essa escalada conservadora e ultraliberal já começou como um “experimento” regional das elites locais. A classe trabalhadora do estado do Rio de Janeiro sofre há décadas com

A CRISE COMO PROJETO: O GOVERNO DO NEOLIBERALISMO NO RIO DE JANEIRO



a máfia de políticos do PMDB (atual MDB). Semelhante ao que ocorreu em nível federal, o MDB fluminense, aliado histórico do PT, loteou e drenou recursos públicos para esquemas de corrupção e financiou grandes empreendimentos do capital, com direito a regalias fiscais escandalosas, doações fundiárias e investimento na iniciativa privada com dinheiro público. E tal prática não é uma exceção, mas é parte da natureza de funcionamento do capitalismo, em que o Estado serve apenas como “balcão de negócios” de interesses das elites, favorecendo a exploração e o enriquecimento rápido às custas do povo.

Um exemplo disso é o atual plano de

desenvolvimento do estado. Um de seus desdobramentos é o chamado Plano Estratégico Metropolitano, apresentado pelo governo em junho e com um planejamento para os próximos 25 anos. Em linhas gerais, este constitui o plano do Banco Mundial para o estado do Rio de Janeiro, conhecido também como “Modelar a Metrópole” [1]. Um modelo de “desenvolvimento” com discurso da “gestão participativa” junto a sociedade civil. Mas que trata-se de um pacto entre capital e Governo do Estado, em que ambos definem políticas que tornem o estado uma grande planta para empreendimentos e investimentos do capital transnacional. Consequentemente, as prefeituras deverão também alinhar suas políticas a tais medidas [2].

O papel do Banco Mundial é central, enquanto um instrumento de países ricos e de especuladores para endividar e aplicar a agenda neoliberal em países periféricos. Consolidar um modelo “homogêneo” de desenvolvimento do capitalismo nestes países.

Esta estratégia, que vem sendo construída na última década, tem centralidade em uma política de “desenvolvimento” com base em quatro pilares principais: 1) mega-eventos esportivos, utilizados como meio de inserção no mercado internacional e como parte da projeção do “Rio Cidade Global”, almejando atrair investidores estrangeiros; 2) megaempreendimentos industriais, com cadeia de exploração de base primária essencialmente petroquímica e mineral; 3) megaempreendimentos em infraestruturas logísticas e de circulação de capital, essencialmente portos e rodovias; 4) megaempreendimentos imobiliários.

Tais políticas aprofundam a desigualdade social e geram impactos no campo e na cidade. No campo, os municípios se alinham a esta política não reconhecendo as áreas rurais em seus planos-diretores, o que torna inexistentes as políticas públicas para o campo e assentamentos, como infraestrutura, produção e comercialização. Além de dificultar a emissão de certos documentos pelas famílias de agricultores, necessários para acessarem os poucos programas e políticas públicas existentes. Na cidade cresce a bolha imobiliária com aluguéis e custos de vida insustentáveis, com especulação e valorização de certas re-

(continua na página seguinte)

Nesta Edição

**LEGALIZAR E DESCRIMINALIZAR O ABORTO:
UMA QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA ... pág 3**

**JOAQUINA E GIOVANA:
ESTARÃO SEMPRE CONOSCO ... pág 4**

NAS BOCAS...

“Nenhum governo luta contra o fascismo para destruí-lo. Quando a burguesia vê que o poder escapa de suas mãos levantam o fascismo para manter seus privilégios.”

Buenaventura Durruti



(continuação da página anterior)

giões, empurrando a população pobre para as favelas e ocupações da periferia urbana. No geral, reforça a concentração e a especulação fundiária, atraindo empresas com desoneração de impostos e entrega de áreas para construção de zonas industriais.

Ou seja, um lógica de que o Estado deve arcar com as condições para a instalação dos empreendimentos ou possibilitar o investimento do capital no território. A privatização de setores estratégicos para o capital internacional é consequência disso. É o caso dos projetos de privatização da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE), e da ELETROBRÁS, grande gestora da energia elétrica no país. Recentemente, o Consórcio Porto Novo, responsável pelas obras e serviços do Porto Maravilha, abandonou este projeto por não estar mais recebendo recursos do fundo de investimento administrado pela Caixa Econômica Federal. Quem paga o custo é o povo, que além de sofrer despejos, cinicamente denominados pelo Banco Mundial como “reassentamentos involuntários” [3], sofre com a maior taxa de desemprego do Sudeste (15%) [4]. Enquanto isso, o acordo com o Governo Federal para liberação de empréstimos torna o povo refém de uma brutal política de austeridade, com cortes de investimentos e desmonte do SUS na saúde, cortes na educação e nos programas sociais. É este dinheiro cortado das áreas sociais que custeia e financia os mega-projetos do capital.

O porrete do “Estado policial de ajuste” numa das mãos

Ao gerar e estimular tanta desigualdade social é preciso garantir os meios de controle e repressão da população inconformada. Assim, em nível social sofremos uma crescente militarização do cotidiano e aumento da violência com uma política de extermínio da população negra e pobre nas favelas e periferias. Dados do Instituto de Segurança Pública do Estado (ISP) apontam que as mortes violentas aumentaram após a intervenção militar [5]. Uma violência que já ocorria, uma vez que o governo do “capitalismo humanizado” do PT não mudou em nada esse genocídio da população negra e pobre.

Os jovens negros são as principais vítimas, como foi o caso de Marcos Viní-

cius da Silva, de 14 anos, assassinado com um tiro na barriga pela polícia em junho, no conjunto de favelas da Maré [6] e que foi comemorada pelo relatório interno da polícia civil como uma “operação exitosa”. [7] Operação que contou com o helicóptero “Caveirão” disparando rajadas de tiros sobre a comunidade, semelhante a como o exército americano fazia durante a guerra do Vietnã. Assim, a Intervenção Militar, que tem gasto bilhões em recursos públicos, deixa claro que veio para manter o controle social das favelas e periferias, agravando a política de extermínio sistemático destas populações e garantindo a implantação do neoliberalismo no Estado.

Esta política de “terra arrasada” provoca o sucateamento e falência total de serviços públicos essenciais e de responsabilidade do estado, como saúde, educação, habitação, saneamento e outros. Tal aspecto possibilitaria a privatização generalizada destes setores, um prato cheio para o capital, como solução milagrosa para a “crise” dos ricos. Aliado a isso, cresce a massa de desempregados e trabalhadores cada vez mais precarizados, como nos setores de serviços, e de trabalhadores informais. Miséria, desemprego, “crise” orçamentária: uma receita catastrófica que o estado responderá com mais repressão militar, corte de direitos, ajustes e maior abertura ao capitalismo.

Na política, um estado cada vez mais blindado a gestores “progressistas” usará todo e qualquer expediente judicial e policial para garantir as “reformas” que a atual etapa do capitalismo exige. A elite empresarial nacional aceitaria até mesmo um governo de extrema-direita encabeçado por fascistas como Jair Bolsonaro e General Mourão, com total controle da economia pelos ultraliberais. Uma realidade brasileira que se insere no atual contexto político da América Latina. Outros países do continente também apresentam o avanço de governos de direita, de projetos de

liquidação de direitos trabalhistas, reforma da previdência e maior presença das forças armadas na política. O que demonstra que as elites não permitirão mais nenhum governo de “gestão humana” do capital.

Apostar nas urnas não é boa política

Diante deste quadro, apostar todas as fichas e esperanças nas eleições como uma solução mágica, sem construir condições mínimas de resistência e mobilização contra o ataque neoliberal e suas intervenções na política do país não é uma boa política a se seguir. A política não pode se resumir à crença incondicional no “estado democrático de direito” e nos tapetões do legalismo, pois o Estado e o Judiciário existem para defender os interesses das elites e do capital. A luta e o trabalho de base morrem quando a militância se insere

na máquina governamental e incorpora a cultura política partidária que só se mobiliza para fins eleitorais, freando as lutas para garantir suas posições. Ingênuos ou cínicos são os que acreditam

poder disputar a máquina estatal, cada vez mais blindada a “governos de conciliação”.

Se a luta popular não finca o pé na garantia de sua independência, acaba se desmobilizando na dinâmica de barganha de cargos políticos e na política-gem burocrática de cúpulas. Sem pressão popular, projeto político nenhum se volta para atender os interesses do povo. Desse modo, os movimentos populares não podem ficar a reboque de pautas partidárias, do PT e do lulismo, que além de se apresentar como “única saída” está mais preocupado em fazer os cálculos para garantir sua representação parlamentar no Congresso e alianças nos estados, inclusive com os partidos golpistas.

No estado do Rio de Janeiro não é diferente, onde o PT se empenha apenas

com as eleições e é um aliado histórico do MBD golpista. Em um cenário de crise de referenciais de esquerda, a militância social não pode se resumir a fazer agito para o PT ou quaisquer outros projetos partidários eleitorais. Deve, sim, mobilizar o povo, elaborar políticas para o trabalho de base, construir diálogo com a população, rodear de solidariedade os setores precarizados e não-organizados da classe trabalhadora, construir um campo de unidade entre os movimentos para acumular forças e resistir aos ataques e ao ciclo político de direita que se apresenta.

Esta política de “terra arrasada” junto ao avanço da precarização podem fazer com que ocorram cada vez mais revoltas e mobilizações espontâneas por parte de setores que em muitos casos não se encontram organizados no nível sindical ou popular. É papel da organização política anarquista e do conjunto da esquerda de intenção revolucionária construir um referencial de luta nesses processos. Organizando e aglutinando forças no tecido social da classe trabalhadora, acumulando para um caminho de independência de classe. É apostar no poder popular como garantia de continuidade das lutas, mesmo em períodos críticos de refluxo e repressão. Ou seja, os de baixo só podem confiar nas suas próprias forças.

Fontes:

[1] <http://www.modelarametropole.com.br>

[2] <http://www.modelarametropole.com.br/luiz-fernando-peza-e-fundamental-que-os-municipios-adequem-seus-planos-diretores-as-diretrizes-do-pdui-conforme-determina-o-estatuto-da-metropole-e-que-atuem-atraves-do-ente-metropolitano/>

[3] <http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201512/21161113-op-bp-4-12-anexo-a-instrumentos-do-reassentamento-involuntario.pdf>

[4] <http://m.jb.com.br/rio/noticias/2018/05/17/taxa-de-desemprego-no-rio-de-janeiro-e-a-maior-do-sudeste/>

[5] Ver: <https://oglobo.globo.com/rio/apos-intervencao-federal-mortes-violentas-aumentaram-produtividade-da-policia-diminuiu-22813588>

[6] <https://mail.jornalggn.com.br/noticia/na-mare-morre-marcos-vinicius-mais-uma-vitima-da-violencia-policial>

[7] <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/relatorio-mostra-que-policia-civil-classificou-como-exitosa-operacao-durante-a-qual-morreu-adolescente-na-mare.ghtml>

LEGALIZAR E DESCRI-MINIALIZAR O ABORTO UMA QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA



Faixa no ato pela legalização do aborto, no Rio.

No dia 14 de junho, a Câmara dos Deputados da Argentina aprovou a descriminalização do aborto até a 14ª semana de gestação. Esta decisão reacendeu o debate sobre o aborto no Brasil, que além de pauta da luta feminista é uma questão de saúde pública.

Quase 56 milhões de abortos são realizados anualmente no mundo, sendo que quase metade é feito de forma insegura e/ou ilegal. Isso resulta na morte de 70 mil mulheres, sobretudo em países pobres e em desenvolvimento. Ao mesmo tempo, existe um grande e lucrativo “mercado” do aborto, daí também o interesse na manutenção da ilegalidade.

O preço que se paga pela criminalização do aborto no Brasil é altíssimo. Dados do Anis - Instituto de Bioética de 2016 revelam que apenas 37 locais no país realizam o aborto legal. Apesar deste ser um direito garantido à mulher, 14% destes locais exigem o boletim de ocorrência, embora este não seja necessário por lei. Dos abortos legais, 94% são consequência de estupros, e entre 2010 e 2016, foram realizados 9.465 abortos legais. Uma mulher morre a cada dois dias por conta de abortos inseguros. A cirurgia mais realizada pelo SUS, entre 1995 e 2007, foi a curetagem (que tem o objetivo de “limpar restos” de um aborto), com registros de 3,1 milhões de procedimentos. Cerca de 250 mil mulheres são internadas por ano pelo SUS em decorrência de complicações provocadas por abortos clandestinos, sendo estes a quarta maior causa de morte materna no país. Para desmistificar o senso comum sobre “que tipo de mulher aborta”, 66% das mulheres que abortam são católicas, 64% casadas e 81% têm filhos.

Aborto, Classe e Cor

O aborto no Brasil só não é considerado crime e, por consequência, possui respaldo do governo para ser realizado de forma segura e gratuita no SUS, nos casos de gravidez com risco à vida da gestante, gravidez de fetos anencéfalos e gravidez fruto de estupro.

Existe uma grande burocracia quando a mulher vai a delegacia fazer um boletim de ocorrência para que possa “comprovar” que foi estuprada. Nesse processo penoso, a mulher estará imensamente cansada e traumatizada após ter sido estuprada, humilhada e violentada de diversas formas. Contar uma violência dessas, um estupro, para pessoas desconhecidas não é simples nem fácil, pois a cada narrativa a mulher revive a violência que lhe foi infligida. Na maioria das vezes, a mulher será desacreditada e rotulada como louca e histérica, frequentemente ouvindo das “autoridades” opiniões tais como “mas com essa roupa, você queria o quê?”, ou “mas ele é seu namorado/marido, isso não é um estupro”. E quando a mulher demora alguns dias, semanas ou mesmo meses até conseguir ter a coragem para denunciar

o estupro? E quando não existem as provas “físicas”? Então, nesses casos, a mulher já pode ter engravidado e não conseguirá comprovar que de fato foi estuprada. A mulher, assim, se vê obrigada a seguir com uma gravidez indesejada fruto de uma das piores violências.

Além disso, ao analisar as estatísticas, faz-se necessário que haja um recorte de classe. Entre as mulheres que abortam no país, 90% têm no máximo o ensino médio e 33% não possuem nenhum nível de instrução. Como consequência da criminalização do aborto, permanece a falta de acesso a instalações salubres e dignas, a uma equipe qualificada para o acompanhamento e a um procedimento seguro. Sendo assim, esta situação constitui uma forma de extermínio das mulheres periféricas e negras do campo e da cidade, ou seja, um *Feminicídio de Estado*. Enquanto as ricas abortam, as pobres e negras morrem. No campo, a realidade costuma ser ainda pior, pois se o acesso à educação do campo já é restrito e difícil, quem dirá ter acesso à educação sexual, ou acesso a um posto de saúde próximo de sua casa.

Ressaltamos, assim, que as mortes decorrentes de abortos também possuem cor, pois o número de mulheres negras que abortam é duas vezes maior que o de mulheres brancas. Uma mulher negra tem 2,5 vezes mais chances de morrer por conta de um aborto inseguro. Então, estamos falando de aborto seguro para quem? O que temos atualmente é o aborto seguro somente para as mulheres ricas e brancas. Também existe aquele discurso extremamente conservador e contraditório do senso comum: “Ah, mas essa mulher pobre e favelada não para de transar e de ter filhos”. Bem, então se as mulheres não param de ter filhos, vamos legalizar o aborto, né?! Mas este não passa de um discurso de ódio contra as mulheres negras, pobres, periféricas e/ou faveladas. Não é “pró-vida”, mas contra a vida das mulheres! E em suas propostas, o movimento “Pró Vida” só se preocupa com que a criança nasça, mas não com o depois, com as condições de vida da mãe e da criança. É um discurso cheio de contradições, daqueles que querem que as mulheres negras e pobres morram fazendo um aborto ilegal, e que seus filhos/as morram também, pois são filhos de mulheres faveladas!

Pela autonomia e emancipação feminina!

Os motivos para se interromper uma gestação são inúmeros: pobreza, outros filhos, estupro ou simplesmente porque não querem ter uma criança naquele momento de suas vidas. Todos são motivos igualmente válidos e não devem ser questionados.

Além da descriminalização do aborto, é importante que o procedimento seja disponibilizado de forma gratuita nas redes públicas de saúde por todo o país e não apenas para as mulheres que podem pagar ou as que estão em grandes centros metropolitanos. E para além da legalização e descriminalização, será necessário criar e implementar políticas públicas auxiliando o antes, o durante e o depois de um aborto, o que permitirá que as mulheres sejam acompanhadas psicologicamente desde o início.

O aborto não é um método contraceptivo, sendo assim, os preços das pílulas devem ser mais acessíveis, permitindo que as mulheres se protejam, escolham e usem os métodos de contracepção que mais lhes convenham. As mulheres também devem ter acesso a uma boa educação sexual e reprodutiva nas escolas e postos de saúde, principalmente na infância e na adolescência.

A discussão sobre o aborto tem um foco: salvar as vidas de inúmeras mulheres que estão morrendo e defender que estas tenham o direito de escolha sobre seu corpo.

Por isso, defendemos o direito de escolha amplo, que significa poder escolher interromper a gestação, assim como poder escolher ter um filho numa moradia decente, com assistência social, acesso à saúde, educação e lazer. O direito de poder criar uma criança com dignidade, ou seja, sem sofrimento econômico e social.

Patricia McCarthy ao escrever para o jornal *Workers Solidarity* no 35, em 1992, reforçou:

“Nos opomos a todas as formas de controle da fertilidade forçada, seja o Estado impondo limites ao número de crianças que uma mulher pode ter, como na China,

(continua na página seguinte)

(continuação da página anterior)

ou a negação de instalações adequadas de contracepção e aborto como neste país. O direito de escolher significa o direito de escolher não ter um filho ou ter uma criança em circunstâncias em que isso signifique que, nem a mãe nem a criança, sofram material ou socialmente por essa decisão.”

Descriminalizar o aborto é muito mais do que garantir a autonomia da mulher ou que valores neopentecostais não sejam a base para uma decisão jurídica sobre o corpo feminino. Descriminalizar o aborto é saúde pública, é lutar pela vida das mulheres, é dar um passo cada vez maior para a emancipação feminina.

Além da descriminalização, é fundamental também o trabalho de base com a prevenção e conscientização, com educação sexual e reprodutiva, de forma permanente e com atenção para a juventude. Ainda mais na atual conjuntura, quando projetos da direita como o “Escola Sem Partido” têm dificultado cada vez mais a abordagem deste tema com as/os estudantes. Infelizmente, temas como este geralmente ganham pauta quando há uma política de ataques contra estes direitos. Mas podemos citar exemplos que buscam construir poder popular, como o das companheiras e companheiros da *Federación de Organizaciones de Base* (FOB) de Rosário (Argentina), com um trabalho social com mulheres da periferia sobre saúde sexual e reprodutiva. Acreditamos que a destruição do patriarcado estrutural e da violência que sofremos ao longo de nossas vidas virá somente a partir da nossa unidade e organização junto aos movimentos sociais e populares. Somente a luta nos dará a liberdade que buscamos, precisamos, queremos e merecemos!

**Por Nenhuma Mulher a Menos! Chega de Feminicídio!
É Pela Vida das Mulheres! Nós decidimos!**

[O texto completo pode ser lido em nosso site: www.farj.org]

JOAQUINA E GIORDANA: ESTARÃO SEMPRE CONOSCO!

Em 2005 estive com uma das pessoas que mais me impressionaram na vida. Fui encontra-la em seu pequeno apartamento parisiense, próximo ao Montmartre. Era uma senhora miúda, já com quase 90 anos, mas cujo olhar ainda reluzia de uma força imensa, como se ainda estivesse nas barricadas da Barcelona da Guerra Civil. Essa era **Joaquina Dorado Pita**, galega de La Coruña, nascida em 25 de junho de 1917 de uma família proletária. Em 1934, a família se mudou para Barcelona, onde Joaquina aprendeu o ofício de estofadora e envernizadora de móveis, filiando-se ao sindicato da Madeira e Decoração da CNT. Em julho de 1936 participou ativamente da luta contra o golpe fascista atuando em um comitê de defesa de bairro e, mais tarde, ingressou nas *Juventudes Libertárias* do bairro de Poble Sec. Nesta cidade, conheceu o também militante anarcossindicalista Liberto Sarrau (1920-2001), seu companheiro por toda a vida. Em 1936 passou a atuar como secretária no Conselho Econômico da Indústria da Madeira Socializada e, em 1938, tornou-se presidente deste Conselho, até ser obrigada a escapar para a França no início de 1939, quando Barcelona caiu nas mãos da horda fascista. Durante a grande guerra, passou por dois campos de concentração, tendo escapado de ambos. Terminada a guerra, reencontrou Liberto e, em 1946, retornou a Espanha como integrante do *Movimento Libertário de Resistência* (MLR), tendo participado de diversas ações antifranquistas na clandestinidade. No início de 1948 foi presa e torturada por 18 dias pela polícia fascista, enviada para uma penitenciária e condenada a 15 anos de prisão por “auxílio à rebelião”. Recebeu liberdade condicional em 1949 e, quando tentou retornar para a França junto com seu companheiro, foi novamente detida

e enviada para o cárcere, sendo que no final de 1950, muito doente, foi libertada para “morrer em casa”. Sobreviveu graças a solidariedade da CNT clandestina, que lhe custeou o tratamento médico e, em 1956, evadiu para a França, auxiliada pelo lendário guerrilheiro anarquista Quico Sabaté (1915-1960). Reuniu-se com Liberto Sarrau em 1958, fixando-se em Paris, conseguindo trabalho como vendedora e caixa de sapataria. Ambos passam a atuar na *II Unión Regional de la CNT Francesa*, conhecida como CNT “Tour D’Auvergne”, pois sua sede e livraria situa-se na rua de mesmo nome, bastante próxima a casa de Joaquina. Retornaram a Espanha apenas em 1978, quando a ditadura franquista havia terminado, e a partir de 1992, Joaquina e Liberto também passaram a viver em Barcelona uma parte do ano. Um ano após a morte de Liberto, em 2002, doou seus arquivos para o *Instituto Internacional de História Social*, de Amsterdam. Faleceu na sua querida Barcelona no dia 15 de março de 2017, a poucos meses de completar 100 anos. Conversei com Joaquina por cerca de 3 horas em 2005. Fomos a padaria comprar brioche e ela me levou a livraria da CNT, onde me apresentou aos companheiros. Em sua sala, lanchando, contou-me como se tornou anarquista ainda bastante jovem na Galícia, de sua luta na Revolução e na clandestinidade, de seus sofrimentos nas prisões e campos de concentração, de seu companheiro de vida e de lutas. Ficaria lá conversando por dias...jamais a esquecerei. Posso dizer que estive com Joaquina Dorado, mulher, anarquista e revolucionária!

Infelizmente não conheci **Giordana Garavini** (1924-2018), que teria para contar muitas histórias do anarquismo no Rio de Janeiro nos duros anos 1930 e 40. Era filha de dois importantes militantes anarquistas italianos. Seu pai, Nello Garavini (1899-1985), também filho de anarquista, adere aos ideais libertários ainda muito jovem na cidade de Castell Bolognese. Influenciado por Malatesta, Luigi Fabbri e seu conterrâneo Armando Borghi, aderiu a tendência organizacionista do anarquismo, atuando desde 1919 na *União Sindical Italiana* e no movimento específico. Em 1921, Emma Neri (1897-1978), uma professora de família socialista, conheceu Nello e se casaram em 1923. O fascismo crescia na Itália e Nello participava de enfrentamentos armados contra os “Camisas Negras”, tendo sido por duas vezes violentamente agredido. Nello e Emma transferiram-se para Milão em 1924 e, em 19 de outubro daquele ano, nascia Giordana, filha única do casal. Em 1926, com o recrudescimento da repressão fascista, imigraram para o Brasil, fixando-se no Rio de Janeiro. A família se aproximou dos anarquistas locais, como José Oiticica, e a partir de 1933, abriram na Praça Tiradentes a *Minha Livraria*, que até 1942 será o principal ponto de convergência dos anarquistas e antifascistas que viviam na então capital federal e aqueles/as de passagem. É nesse ambiente que Giordana passou sua infância e juventude, ajudando seus pais na gestão da pequena livraria e editora. Em 1946, Giordana retornou a Itália, fixando-se com seus pais em Castell Bolognese, quando Nello e Emma aderiram a *Federação Anarquista Italiana*. Alguns anos depois de retornar, Giordana casou-se e teve dois filhos, afastando-se do movimento anarquista até o início dos anos 1970, quando passou a integrar a cooperativa que geria a *Biblioteca Libertária Armando Borghi*, tornando-se sua presidente em 1985. Apenas em 2014, com a saúde frágil, Giordana se afastou das atividades da Biblioteca, mantendo-se fiel aos ideais anarquistas até sua morte, em 16 de março desse ano.

Viva Joaquina! Viva Giordana! Viva o Anarquismo!

Rudesindo

BIBLIOTECA SOCIAL FÁBIO LUZ - Fundada em 18 de novembro de 2001

Entre em contato e faça uma visita:

<http://bibliotecasocialfabioluz.wordpress.com> | www.facebook.com/bibliotecasocialfabioluz

Libera, 2.000 exemplares. Agradecemos a todas/os que nos apoiam e fazem esta publicação ser possível. Se você tem interesse de distribuir ou contribuir com o Libera entre em contato: farj@riseup.net



Pedro Kroupa

SITES - BRASIL: CAB www.vermelhoenegro.net | CABN/SC www.cabn.libertar.org | ORL/CE www.resistencialibertaria.org | OASL/SP www.anarquismosp.org | FAG/RS www.federacaoanarquistagaucha.org | Rusga Libertária/MT <http://rusgalibertaria.noblogs.org> | FARPA/AL <https://farpaal.wordpress.com> | CALC/PR <http://anarquismopr.org.wordpress.com> | FACA/PA <http://resistenciabana.noblogs.org> | FAE/BA <https://faebahia.wordpress.com> | COMUNA/PB | COMPA/IMG www.coletivocompa.org | **ÁFRICA DO SUL:** ZACF www.zabalaza.net | **ARGENTINA:** FAR <http://federacionanarquistaderosario.blogspot.com.br> | **COLÔMBIA:** Grupo Libertario Via Libre: <http://grupolibertariovialibre.blogspot.com.br> | **BOLÍVIA:** OARS www.oars.tk | **FRANÇA:** Alternative Libertaire <http://www.alternativelibertaire.org> | CNT Vignoles www.cnt-f.org | CGA www.c-g-a.org | **MÉXICO:** AMZ <http://espora.org/amz> | CAMA <http://espora.org/cama> | **PERU:** USL www.uslperu.blogspot.com | **URUGUAI:** FAU <http://federacionanarquistauruguay.com.uy> | **EUA/CANADÁ:** Black Rose/Rosa Negra: <http://www.blackrosefed.org> | NEFAC www.nefac.net | UCL www.causecommune.net | **ITALIA:** FdCA-Alternativa Libertária www.fdca.it | **IRLANDA:** WSM www.wsm.ie | **ESPAÑA:** CNT www.cnt.es | CGT www.cgt.org.es | EMBAT (Catalunha) <http://embat.info/> | Rede Internacional Anarkismo.net: www.anarkismo.net